As kunhãs na cidade: corpo-território em resistência

The kunhãs in the city: body-territory in resistance

Las kunhãs en la ciudad: cuerpo-territorio en resistencia

Taynara Aparecida Ferreira da Silva[1]

> "[...] mantenho meu ser indígena, na minha identidade, falando da importância do meu povo, mesmo vivendo na cidade." (Marcia KAMBEBA, 2022, p. 25)

A noção de corpo-território propõe romper com as diferenciações impostas pela colonialidade sobre a relação dos povos originários e comunidades tradicionais com a terra. Ao refletirmos sobre a trajetória dos povos indígenas no Brasil, além do histórico de genocídio e epistemicídio, emerge a realidade dos deslocamentos forçados para centros urbanos, especialmente para as periferias. Soma-se a isso a usurpação contínua de territórios, muitos dos quais já foram ou estão em processo de demarcação, esbarrando em uma lentidão burocrática que priva as populações indígenas do direito fundamental à terra e à vida, perpetuando uma violência institucionalizada.

Nas periferias urbanas, a floresta se transforma em concreto, e os laços comunitários podem sofrer rupturas, fazendo com que este corpo, que integrava a relação sagrada entre o ser e o ambiente, seja fragmentado. Esse contexto impõe desafios intensos de resistência cultural, em que as mulheres indígenas desempenham papéis fundamentais na preservação das práticas e saberes, buscando recriar espaços de pertencimento em meio à descontinuidade territorial e à invisibilidade social que enfrentam no contexto urbano, como bem enfatizado pelas composições da artista indígena Kaê Guajajara.

Refletir sobre as experiências de mulheres indígenas na cidade é uma das temáticas discutidas nas produções de Marcia Wayna Kambeba, nascida na aldeia Belém dos Solimões, do povo Tikuna. Além de escritora, poeta, cantora, compositora, fotógrafa e ativista, Marcia Kambeba é licenciada e mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

[1] *Graduada em Licenciatura em História, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, SC, tendo como principal área de interesse o estudo das relações étnico-raciais no Brasil. Atualmente, integra o NEABI-UFFS Campus Chapecó e é bolsista PROEX-CAPES no Programa de Pós-graduação em História na UFPR, sob orientação da Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-4430-4877. E-mail: taynara.apfsilva@gmail.com.*

e atualmente é doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com inúmeras obras publicadas, com destaque à *Ay Kakyri Tama – Eu moro na cidade* (2022) e *De almas e Águas Kunhãs* (2023), cuja edição conta com o prefácio de Eliane Potiguara.

A partir de uma escrita propositiva e poética, o livro *De almas e Águas Kunhãs* se caracteriza como uma composição hibrida: conta com ensaios, poemas e grafismos de Marcia Kambeba, em que ela propõe discussões acerca da luta das mulheres indígenas desde a invasão colonial, as resistências de seu povo e dos seus saberes ancestrais, junto a uma reflexão urgente sobre as problemáticas ambientais que assolam o nosso presente.

Na primeira parte do livro, intitulada *Violência que não define*, Kambeba expõe como a colonização trouxe consigo uma onda de massacres, exploração e doenças que devastaram os povos indígenas. Ela destaca que os responsáveis por essas violências, como os bandeirantes, continuam a ser reverenciados na memória nacional como "heróis", provocando inclusive uma perseguição sistemática contra quem ameaça estes símbolos da barbárie colonial, como ocorreu em julho de 2021, quando ativistas incendiaram a estátua de Borba Gato, em São Paulo. Entretanto, a repercussão se concentrou mais na ação dos manifestantes do que na análise da crítica do homenageado e dos crimes históricos que ele representa.

Kambeba propõe conjuntamente uma problematização acerca das expressões presentes no nosso cotidiano, e a forma como a língua também se reverte em violência. Ela diz que sempre "escuta pessoas falarem com certo orgulho: tenho ascendência indígena porque minha avó contava que a avó dela foi pega no laço" (KAMBEBA, 2023, p. 22). Para a autora, isso demonstra como tal expressão ainda é utilizada de maneira a naturalizar e minimizar as violências sofridas no passado e no presente, notadamente a exploração sexual. Ela menciona que sua avó experenciou essa situação, mas que insistia em viver com base nos hábitos e costumes de seu povo, se negando a abandonar sua cultura, inclusive falando majoritariamente, como forma de resistência, na língua geral proveniente do Tupi e raramente no português.

Outra expressão problematizada por Marcia Kambeba é a "cara de índia" e como na cidade isso é colocado nas dinâmicas sociais, incluindo o tom de questionamento dessa identidade, pois na lógica racista e colonial, os povos indígenas estão postos somente no passado e portanto, não poderiam acessar tecnologias e outros espaços que não a aldeia. Ela continua, em poema: "Não me chame de 'índia'/ Esse nome me causa dor/ Rememora a violência sofrida/ Pela espada do colonizador" (KAMBEBA, 2023, p. 34). Por meio de suas palavras e de suas críticas a esse imaginário problemático, Kambeba pretende alçar às mulheres indígenas como protagonistas da cultura e da história, *ancestrais riozeiras* do conhecimento,

tal qual uma semente sempre em crescimento, preparada para resistir às intempéries e a dar frutos. *A força de ecoar*, título de uma de suas poesias, enfatiza essa força: "Somos mulheres indígenas/ Chegamos para lutar/ Trazendo na nossa arte/ A força de ecoar." (KAMBEBA, 2023, p. 43)

Ainda refletindo sobre estes espaços de protagonismo e representação, a autora discute a presença de mulheres indígenas na política institucional, citando a criação do Ministério dos Povos Indígenas, em que assume como ministra Sônia Guajajara, bem como os movimentos anteriores que reivindicavam direitos básicos de existência como a saúde, a educação e saneamento básico:

> No Brasil, o movimento indígena surgiu a partir de encontros e assembleias indígenas criadas no ano de 1974, em que lideranças indígenas, caciques e outros membros atuaram como sujeitos e sujeitas desse processo. Esse movimento foi ganhando força até a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986. (KAMBEBA, 2023, p. 50)

Kambeba continua, citando algumas principais personalidades da luta indígena, a exemplo de Ângelo Kretã e Marçal Souza, ambos assassinados por defender a vida dos povos originários no Brasil. Ela menciona também marcos importantes para o movimento indígena na atualidade, como o Acampamento Terra Livre e a criação da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que proporcionaram uma intensificação nos debates públicos acerca de representantes indígenas nos poderes legislativo, executivo e judiciário, que conta com figuras como Célia Xakriabá, eleita em 2022 deputada federal pelo estado de Minas Gerais e Joênia Wapichana, que é a primeira pessoa indígena a assumir o cargo de presidência da FUNAI, agora então chamada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Apesar dos avanços destacados por Kambeba, a situação dos processos de demarcação de territórios indígenas permanece complexa e precária. Embora o Governo atual, em comparação com os anteriores, especialmente a gestão genocida anterior, tenha demarcado oito terras indígenas em seu primeiro ano de gestão, os dados de 2023 revelam um cenário alarmante: conflitos intensificados, prioridade orçamentária para o agronegócio, expansão da mineração, além de casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio indígena, somando 276 incidentes, conforme o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil (2023)*. Entre os 1.381 territórios indígenas existentes, a maioria (sessenta e dois porcento) enfrenta pendências administrativas e aguarda processos de regularização; desses, 563 não receberam qualquer providência do Estado para demarcação. Esses dados demonstram que, mesmo com conquistas, o acesso à direitos previstos, sobretudo o acesso a terra, ainda permanecem fragilizados. Assim, a pauta de demarcação é também uma

luta por justiça histórica, com a exigência de que o Estado priorize a vida e a cultura desses povos diante dos interesses exploratórios e capitalistas.

Dando continuidade a estas reflexões, o capítulo seguinte intitulado *Na aldeia e na cidade*, ressalta a importância da organização política indígena para a afirmação e o fortalecimento das identidades indígenas diversas, especialmente para os que vivem em contextos urbanos. Marcia Kambeba expõe como as dinâmicas de resistência se manifestam de forma coletiva, uma vez que a luta dos povos indígenas, conforme ela aponta, não deve se desdobrar de maneira individualizada, mas sim por meio de ações e movimentos que visam o bem-viver da comunidade como um todo. É através da coletividade que essa resistência se mantém, e Kambeba frisa que as mulheres indígenas, neste sentido, desejam estar lado a lado dos homens indígenas na luta por seus direitos e reconhecimento, em igualdade hierárquica de condições e de vozes.

Nesta seção, a autora também traz relatos de suas vivências, narrando suas viagens a diversos territórios indígenas e as conexões que estabeleceu com outras parentas. Essas experiências ancestrais construídas por mulheres indígenas de diferentes regiões reforçam a importância dos saberes orais transmitidos de geração em geração. A oralidade, para Kambeba, não é apenas um meio de preservar a história e a memória coletiva, mas é também um ato de reafirmação da identidade, que permite o fortalecimento dos laços entre os indígenas que vivem na cidade e aqueles que permanecem na aldeia. A cada narrativa compartilhada, a cada encontro, esses saberes se renovam e ecoam, resistindo às imposições coloniais e afirmando a presença indígena nos mais variados contextos.

Ao fim da obra, Kambeba apresenta sua trajetória a partir da noção de *uka tana* (nossa casa), se compreendendo enquanto parte deste grande cosmos. Intitulado *Terra Tekoa*, o capítulo que encerra o livro destaca a importância do lar para a construção de mundos outros. Kambeba diz:

> Ter um lar para mim sempre foi fundamental. Lugar de saberes, de aconchego, de amor, paz, mas também de reflexões. Foi em casa que aprendi a valorizar minha identidade de ser indígena, a lutar por igualdade, humanidade e pelos direitos necessários à nossa sobrevivência como indígenas. Minha casa é meu ponto central. Sou indígena com um pé na aldeia e outro na cidade. (KAMBEBA, 2023, p. 121)

A arte e a cultura, expressas em ecos literários, como menciona a autora, foram cruciais para manter a sua força vital em meio a uma realidade esmagadora. Se na cidade, o ritmo era marcado pela noção de progresso, na aldeia tudo tinha cheiro de poesia, e as palavras de Assunta, avó/mãe de Marcia Kambeba comprovavam este fato. Kambeba encerra sua obra

convocando a sabedoria dos seus ancestrais para resistir às forças da colonização que ainda se fazem presentes. Sua escrita, que transita entre aldeia e cidade, além de nos provocar em termos de produção intelectual, nos propõe ações práticas para combater a violência racial e pensarmos coletivamente em um *Novo Amanhã*, "Mostrando que se tem um sagrado/ Que o choro do passado/ Tornou-se força para o esperançar/ É preciso saber caminhar/ Neste tempo desajustado e apressado" (KAMBEBA, 2023, p. 61).

Referências

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (Brasília). Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: Dados de 2023. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2023. 252 p. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

KAMBEBA, Marcia Wayna. **Ay Kakyri Tama**: Eu moro na cidade. 2. ed. São Paulo: Jandaíra, 2022.

KAMBEBA, Marcia Wayna. **De almas e águas kunhãs**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2023.

Submetido em: 29/10/2024

Aceidto em: 29/12/2024